

ANCELMO GOIS



Vida melhorou

O Centro de Políticas Sociais da FGV, dirigido por Marcelo Neri, é rápido no gatilho. Com base nesta PNAD, publicada sexta, ele divulga hoje uma boa notícia.

Em 1992, um em cada três brasileiros (35,87%) era miserável. No ano passado, esta relação caiu para um em quatro (25,08%).

É que...

A FGV segue recomendação da OMS que considera miserável pessoa com renda inferior a R\$ 115 mensais.

Satelito

A pobreza caiu 8% no país:
2.600.000 brasileiros saíram
da miséria.

FONTE: IBGE/FGV

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

RIO FASHION

DA • ACESSÓRIOS • DECORAÇÃO • ARTESANATO

DO COM PREÇO DE FÁBRICA

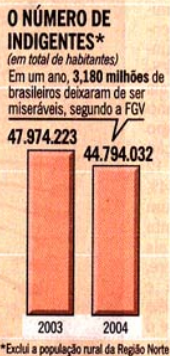
Parque de Exposições
CETEC - RUA 2079 - 1013 - 20048-000 - JARDIM
BOTÂNICO - RIO DE JANEIRO

FGV: queda da desigualdade reduziu miséria

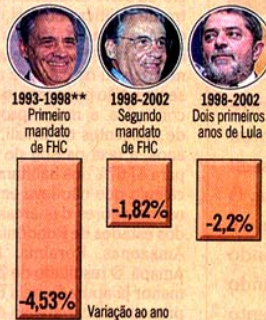
● Levantamento da Fundação Getúlio Vargas com base em dados do IBGE mostra que a queda da desigualdade e a melhoria do trabalho tiraram mais de 3 milhões de brasileiros da miséria em 2004. A parcela da população que não ganha o suficiente para se alimentar caiu de 27,26% para 25,08%. **Páginas 21 e 22**



Acompanhe o desempenho dos indicadores sociais



A QUEDA DA INDIGÊNCIA NAS ERAS LULA E FH



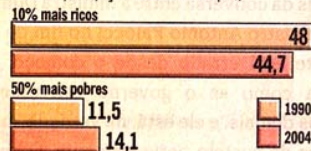
RENDA MÉDIA DE RICOS E POBRES

Considera a renda domiciliar per capita de todos os lares brasileiros, inclusive os sem rendimentos

	Total	50% mais pobres	10% mais ricos
2003	R\$ 401,95	R\$ 108,20	R\$ 1.748,49
2004	R\$ 413,43	R\$ 116,35	R\$ 1.755,81

A REDUÇÃO NA DESIGUALDADE

(em % de participação na renda total do país)



FONTE: Centro de Políticas Sociais (CPS-FGV), com base na Pnad 2004, do IBGE

**Como não houve Pnad em 1994, não é possível calcular a variação 1995-1998. Por isso, a base de comparação é 1993

PNAD 2004: Indigência caiu mais no campo do que em grandes cidades

Número de miseráveis na área rural fica abaixo de 50% pela primeira vez

Em 12 anos, índice passou de 63,34% para 47,67% dos habitantes

Flávia Oliveira

• RIO e RECIFE. Desde 1992, início da série estatística do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS- FGV), a miséria nas áreas rurais não deixou de cair por um ano sequer. Não por acaso, o campo concentra a maior proporção de indigentes do Brasil. Em 12 anos, a taxa passou de 63,34% para 47,67% dos habitantes, um cálculo que não leva em conta os moradores das áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. O resultado de 2004 é o menor já apurado pela FGV e o primeiro a ficar abaixo de 50%.

Ao contrário de 2003, quando houve aumento, a indigência caiu em 2004 tanto nas áreas metropolitanas quanto nas urbanas. As metrópoles, que sofreram com o desemprego depois de 1998, viram a proporção de indigentes cair de 19,14% para 17,56% entre 2003 e 2004. Foi o terceiro melhor resultado em 12 anos. Em 2003, o índice subira três pontos percentuais. Nas áreas urbanas, que englobam cidades médias, cujas economias têm crescido fortemente nos últimos anos, a indigência atingiu também o menor nível desde 1992. A proporção de indigentes caiu de 24,99% para 22,94% desde 2003.

Tendência é de melhora dos indicadores sociais

Jonas Fernandes, de 19 anos, morador de Recife, foi um dos que se beneficiou da melhora social. Procurava emprego há um ano. Diante das dificuldades, foi ajudar o pai, entregador de móveis. Só há quatro meses conseguiu vaga como ajudante de produção numa caldeiraria, com salário de R\$ 347,60.

— Há um ano estava batalhando. Estava complicado, mas consegui. Estou como prestador de serviço, mas com seis meses posso ser efetivado — planeja.

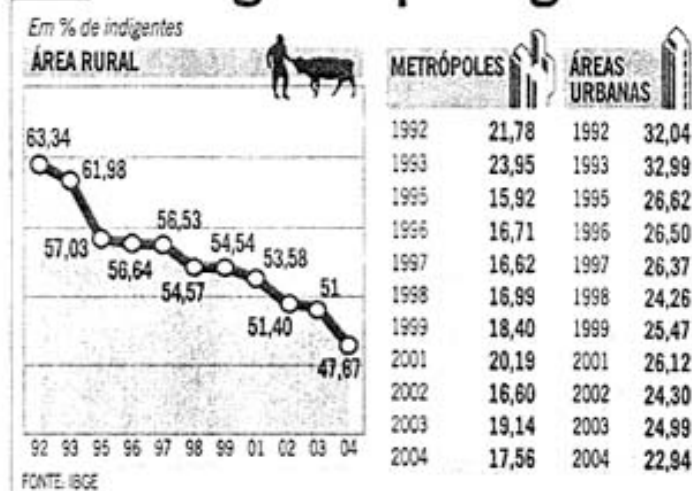
Jonas resume uma tendência que o economista Marcelo Neri



Hans von Manteuffel

O OPERÁRIO Jonas Fernandes sonha ser efetivado no emprego: "Há um ano eu estava batalhando"

A indigência por região



já prevê para os indicadores sociais de 2005. Como a recuperação do emprego se manteve nos três primeiros trimestres do ano, a tendência é de que a Pnad 2005 traga, novamente, uma onda de boas estatísticas sociais para o país.

Neri calculou também a queda da extrema pobreza com base na metodologia de US\$ 1 por dia, do Banco Mundial. Descobriu que, entre 1993 e 2004, a proporção de brasileiros miseráveis caiu de 12,41% para

5,33%. Se estivéssemos em 2015, o país teria cumprido a meta número um dos Objetivos do Milênio: reduzir à metade a proporção de pobres em 25 anos, a partir de 1990. Na linha da FGV, a queda no mesmo período foi de 36%. Marcelo Medeiros, do Centro Mundial de Pobreza da ONU, festeja a queda da indigência, mas diz que US\$ 1 ao dia é compatível com a África, não com o padrão do Brasil. ■

COLABOROU Pereira Júnior

Rio teve queda abaixo da média

• A proporção de pobres no Rio de Janeiro caiu abaixo da média nacional em 2004. Segundo a FGV, a proporção de famintos no estado caiu 6,5% em relação a 2003, contra 8% no índice brasileiro. Ao todo, há 12,75% de fluminenses sem renda suficiente para comer — em 2003 eram 13,64%.

O Maranhão ainda tem o maior índice de indigência do país. Lá, 56,07% dos habitantes estavam abaixo da linha em 2004, contra 57,52% em 2003.

O estado com a menor proporção é Santa Catarina, onde 7,9% não conseguem comprar os alimentos de que necessitam com a renda disponível. O número cresceu 3,5% em relação a 2003, quando estava em 7,64%.

A desigualdade desencalhou?



MARCELO
CORTES
NERI

A lentidão na implementação de reformas econômicas valeu ao Brasil o apelido de país-baleia, em contraposição à agilidade institucional dos chamados tigres asiáticos. Se, pelo tamanho e inércia, o Brasil pode ser comparado a uma baleia, no campo da desigualdade social o Brasil seria uma baleia encalhada.

A nossa desigualdade de renda tem se mantido alta e estável, desde que é medida. No intervalo compreendido entre os Censos de 1960 a 2000, as medidas estatísticas sociais publicadas nos colocam no pódio mundial da desigualdade. Por outro lado, as últimas edições da PNAD do IBGE apontam uma redução da desigualdade. Será que a iniquidade inercial brasileira está finalmente desencalhando?

Começamos com um retrato da população brasileira segmentado em três estratos de renda per capita: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda (mais precisamente, 45,7%); a metade mais pobre que se apropria de pouco mais de um décimo da renda nacional (13,5%); e os 40% intermediários, cuja parcela na população não que se apropria de quase me-

ção e na renda praticamente coincide (40,8%), uma espécie de classe média no sentido estatístico.

Se olharmos as flutuações econômicas recentes dessas fatias no bolo distributivo, verificamos que o período de lua-de-mel com a estabilidade (1994-96) e o de crises externas (1997-2001) apresentam, tanto para o bem como para o mal, mudanças relativas pouco pronunciadas.

Já no último período (2001-2003) observamos um movimento de redução da desigualdade. Começando pelo topo da distribuição, a parcela dos 1% mais ricos cai de 13,7% para 12,8%, dado inédito nos últimos dez anos. A parcela apropriada pelos 5% mais ricos cai neste período de 33,7% para 32,4%. Já a fatia dos 10% mais ricos cai de 47,3% para 45,7%.

Se os ricos perderam fatia no bolo, quem ganhou? Os 40% intermediários passaram de 40,4% para 40,8%. Na base da distribuição, a parcela dos 50% mais pobres sobe de 12,4% para 13,5%. Vale a pena verificar a robustez dessa queda da desigualdade. Será que ela é válida para um conjunto mais amplo de indicadores? A comparação da parcela da renda acumulada por cada pedaço da centésimo de distribuição ilustra que o resultado é geral: a distribuição de renda per capita de 2003 é mais igualitária que a de 2001.

Tomemos agora a medida de desigualdade mais usual entre os analistas:

o índice de Gini, que varia entre zero e um. Numa situação utópica, onde a renda de todos fosse exatamente igual, o índice de Gini seria zero. No extremo oposto, se um único indivíduo concentrasse toda a renda da sociedade, ou seja, todos os demais teriam renda zero, o índice de Gini seria um. Para entender a inaceitável extensão do 0,585 correspondente ao nosso Gini de 2003, não precisa ser gênio: estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade.

Se, por um lado, a alta desigualdade é a nossa principal chaga, essa mesma desigualdade significa que a pobreza pode ser reduzida através de redistribuição de renda ou de ativos geradores de renda. Por exemplo, na Índia, país muito pobre, mas razoavelmente igualitário (Gini de 0,29), não existe solução para a erradicação da miséria que não seja o crescimento. No caso brasileiro políticas contra a desigualdade constituem importante aliado no combate à pobreza.

O índice de Gini de 2001 era 0,591. Em 2003, caiu para 0,585. Isso é redução da desigualdade, mas o que significa em termos de redução de miséria? Como a publicação da PNAD guarda uma natural defasagem, demonstramos isso traçando cenários do final de 2004. A proporção de miseráveis no Brasil cairá dos 27,26%, de 2003, para 26,56%, em 2004, uma queda de 2,6%,

se a renda per capita nacional crescer 3% ao ano entre 2003 e 2004, o que corresponde ao ritmo de crescimento atual do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 4,5% e 5% ao ano previsto.

Isso significa que milhões de brasileiros atravessarão a linha da miséria neste ano, se o país transformar a sua atual trajetória de expansão num processo de crescimento sustentado, o que não se vê no país desde a época do chamado milagre econômico. Mas o verdadeiro milagre social aconteceria se todo esse crescimento viesse de mãos dadas com

Se o tamanho e a inércia na promoção de reformas valerem ao Brasil o apelido de país-baleia, no campo da desigualdade seríamos uma baleia encalhada

alguma redução da desigualdade.

Se a expansão econômica fosse combinada com uma queda de 0,011 ponto de porcentagem do índice de Gini, o que corresponde à queda observada entre 2001 e 2003, a miséria brasileira cairia cerca de 8,61% — ao invés de 2,60%. Vale assinalar que a queda mencionada apenas levaria a desigualdade brasileira, medida pelo índice de Gini, de 0,585 para 0,574, nível encontrado no Estado do Rio de Janeiro.

Podemos pensar em cenários de redução de desigualdade mais auspiciosos, como a convergência da desigualdade brasileira para o nível observado no Rio Grande do Sul (Gini de 0,535). Nesse caso, a miséria cairia 25,59%, ou seja, dez vezes mais que o cenário de crescimento balanceado de 3%. A causa fundamental da miséria brasileira é a má distribuição de renda e aí reside parte essencial de sua solução.

A redistribuição observada no período 2001-03, ao contrário de episódios após o lançamento de planos de estabilização como os Planos Cruzado, Verão e Real, não seria um efeito colateral involuntário, ou uma miragem estatística. Embora ainda modesta, ela é evento raro na nossa história, perpassando dois anos de governos distintos, cujos discursos e programas passaram a incorporar a necessidade distributiva.

Reduzir a desigualdade num contexto de boom econômico, como agora se apresenta, parece politicamente mais factível do que em épocas recessivas, quando perdas estão sendo repartidas, tal como no período 2001-03.

Marcelo Cortes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IUPERJ/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas" "Retratos da Deficiência" e "Ensaio Sociais".
E-mail: mcneri@fgv.br

Miséria em queda

Marcelo Neri

Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
www.fgv.br/cps, mcneri@fgv.br

As mudanças na miséria e na desigualdade aqui reportadas são qualitativamente robustas, válidas para qualquer linha e indicadores utilizados na literatura de bem-estar social

O Centro de Políticas Sociais foi a primeira instituição a mostrar que a miséria, enquanto insuficiência de renda, aumentou em 2003. Agora, uma nova pesquisa demonstra uma queda substantiva da pobreza em 2004, movida por crescimento e, em particular, por redistribuição de renda. A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria passou de 27,26%, em 2003, para 25,08%, em 2004, atingindo o nível mais baixo da série desde o lançamento da nova PNAD, em 1992, quando era de 35,87%. Esse número é obtido a partir de uma linha de miséria correspondente a R\$ 115 mensais.¹ Trata-se do primeiro estudo divulgado sobre a pobreza brasileira baseada em renda, utilizando os microdados da recém-lançada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004 (PNAD/IBGE).

A taxa de variação anual de miséria captada em 2004 (-8%), quando comparada a períodos selecionados, é superior àquela observada no período todo de 1993 a 2004 (-2,9%) e mesmo em relação aos períodos aproximadamente correspondentes ao primeiro e ao segundo mandato de Fernando Henrique, isto é -4,5%, de 1993/98, e -1,8%, de 1998 a 2002. Ao adicionarmos à análise o primeiro ano do governo Lula (2003), quando a miséria subiu 3,9%, a

taxa média de redução de miséria foi de 2,2%, portanto inferior à do primeiro mandato de FHC (-4,5%), mas um pouco superior à do segundo (-1,8%).

Ao analisar os movimentos da miséria em 2004 nos domínios metropolitanos (-8,28%), demais áreas urbanas (-8,17%) e rural (-6,53%) notamos uma queda relativa de miséria menos pronunciada nas áreas rurais, invertendo as tendências observadas nos últimos anos.

Olhando para o período 1993-2004 constatamos uma queda sistemática da miséria de 35,87% para 25,08%, observada mesmo durante os períodos de crise externa e ajustes posteriores. Olhando os grandes números sobre a miséria verificamos: 1) caiu 31,4% no período 1993-2004 — preferimos aqui trabalhar com a taxa média anual -2,9% superior ao ritmo requerido de meia vida da miséria de 25 anos que equivale a -2,7% ao ano; 2) -4,5% no período 1993-1998; 3) -1,8% entre 1998-2002, período marcado por crises externas e ajustes internos; 4) 3,9%, em 2003; e 5) -8%, em 2004.

Distribuição — Seguindo a tradição da literatura de bem-estar social, como no caso de pobreza, enfatizamos aqui o uso de medidas de média e de desigualdade baseados



Distribuição de renda domiciliar per capita
(Participação %)

	Total	50-	40	10+
1990	100,0	11,5	40,5	48,0
1993	100,0	12,1	39,5	48,4
1996	100,0	11,9	40,9	47,2
1999	100,0	12,6	40,7	46,7
2001	100,0	12,4	40,4	47,3
2002	100,0	13,2	40,4	46,4
2003	100,0	13,5	40,8	45,7
2004	100,0	14,1	41,2	44,7

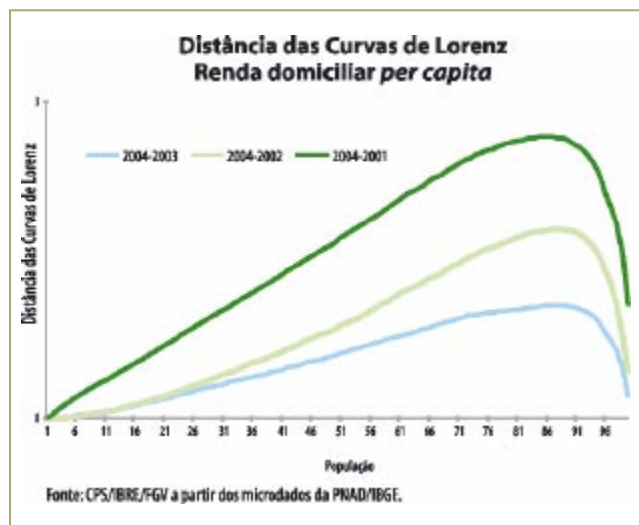
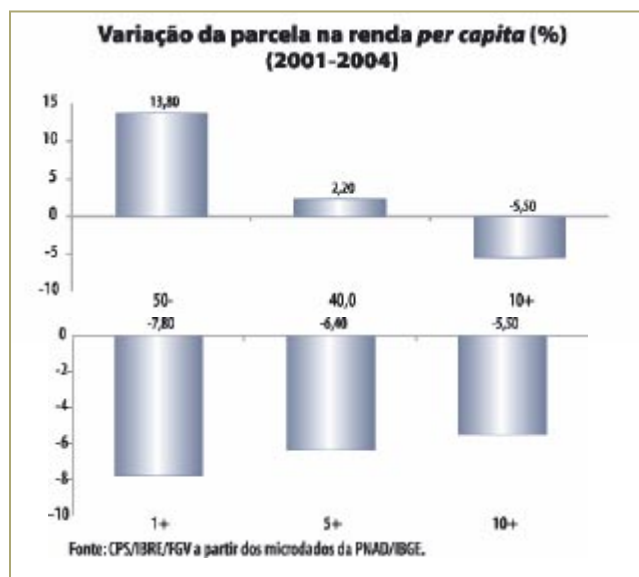
Fonte: CPS/IBRE/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

em renda domiciliar *per capita*, por apresentar um grau mais abrangente de desempenho social. A idéia é agregar à análise de elementos isolados relativos ao desemprego, informalidade e renda do trabalho, ao efeito de transferências realizadas pelo Estado a título de pensões, aposentadorias e programas sociais advindos da transferência de recursos privados entre pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda entre a mesma pessoa ao longo do tempo. Em particular, acreditamos que a análise do rendimento de trabalho de pessoas ocupadas com renda que ficou constante entre 2003 e 2004 em R\$ 733, deixa de fora o ganho proporcionado pelo aumento de 2,7 milhões de postos de trabalho. Sem dúvida, a passagem de uma situação de renda zero representa ganho de poder de compra que deve de alguma forma ser incorporada à análise.

Mesmo quando ampliamos o conceito para renda domiciliar total de todas as fontes de ganho apenas dos domicílios com rendimento, incorremos num tipo de exclusão que preferimos evitar aqui. Quando trabalhamos com todos os domicílios, inclusive os sem rendimento, incorporamos os mais pobres dos pobres, aqueles aliados da chamada economia monetária corrente. Como a parcela de domicílios caiu de 1,5% para 1,1% entre as duas últimas PNADs, esta queda de 27% da proporção sem rendimento, reforça o efeito “aumento do bolo” e redutor de desigualdade. No caso do índice de Gini, quando incorporamos o efeito das rendas zero, a queda de desigualdade de renda domiciliar total é amplificada de 1,8% para 2,1% — ou seja, 16% maior.²

Trabalhamos aqui com distribuição de renda no sentido estatístico, incluindo tanto mudanças na desigualdade como no crescimento da renda domiciliar *per capita*. A análise dos determinantes agregados da pobreza expressos nesses termos, revela que 1/3 do movimento de queda da miséria de 8% se deveu ao efeito crescimento —líquido do crescimento populacional — de 2,85%, e os 2/3 restantes da queda resulta da diminuição da desigualdade de renda aqui representada pela redução do índice de Gini de 0,585 para 0,573. Esta dominância do aspecto redistributivo é evento raro no histórico das séries sociais brasileiras. A redução da desigualdade de renda domiciliar *per capita* ocorrida é aproximadamente equivalente àquela acumulada no período de 2001 a 2003 quando passou de 0,596 para 0,585. Ou seja, no último ano o ritmo de desconcentração de renda foi duplicado em relação ao biênio anterior que já era atípico frente ao histórico das séries nacionais. No artigo publicado na *Conjuntura Econômica* de novembro do ano passado projetamos uma redução de pobreza de 8,61% com base num Gini de 0,574 e um crescimento *per capita* de 3% contra 2,85% da PNAD, que se revelaram próximos aos resultados agora observados.³

A internacionalmente famosa desigualdade inercial brasileira, que ficou mais ou menos estagnada na década



passada, passa a dar sinais de queda consistente desde o começo do milênio. A parcela dos 10% mais pobres sobe de 12,4% para 14,1%. Já a fatia dos 50% mais ricos cai de 47,3% para 44,7%. Na última década do milênio descartamos o fim da inflação inercial e universalizamos o ensino fundamental. Será a década atual a da redistribuição de renda?

Vejam a variação de renda real em vários trechos da distribuição, com os gráficos apontando variações no topo. Observando o último ano, o gráfico demonstra que a parcela dos 10% mais ricos na renda cai 1 ponto de porcentagem de 45,7%, em 2003, para 44,7%, em 2004. A parcela dos 50% com menores renda sobe 0,6 ponto de porcentagem, passando de 13,5% para 14,1%. A diferença de 0,4% é explicada pelo aumento da parcela apropriada pelos 40% intermediários: de 40,8% para 41,2%. Ou seja, a classe média no sentido estatístico — aufere renda

média (os 40% que percebem cerca de 40% da renda) —, obteve também algum aumento de renda.

Robustez — Além da linha adotada pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas optamos também por apresentar o monitoramento da chamada linha adotada na primeira Meta do Milênio de redução da extrema pobreza à metade entre 1990 e 2015. O valor desta linha é de US\$ 1 por dia ajustado por diferenças de custo de vida entre países e no interior do Brasil, o que daria 12,41% de miseráveis em 1993, contra 36,57% da linha do CPS, no mesmo ano. Seguindo a linha de US\$ 1 a pobreza cairá a menos da metade entre 1993 e 2005, se a miséria cair 8% entre 2004 e 2005. Apesar de alguma desaceleração do crescimento do PIB e na geração de trabalho, a continuidade da expansão do Bolsa Família que cresce este ano 2,2 milhões, atingindo 8,7 milhões de famílias no final de 2005 (11,6 milhões no final de 2006) e, em particular, o ganho real de 9% do salário mínimo já ocorrido em 2005 levarão a uma redução de miséria superior àquela observada em 2004. De acordo com as metas a meia vida da pobreza deveria ser de 25 anos mas no nosso caso será em menos de 12 anos, ou entre 15 e 16 anos, contados a partir da marco zero das metas em 1990.

Cabe frisar a robustez dos resultados encontrados, tanto nas mudanças da miséria como da desigualdade. Quanto ao último aspecto, fizemos a comparação da parcela da renda acumulada por cada centésimo de distribuição, ilustrando o resultado geral: a distribuição de renda *per capita* de 2004 é mais igualitária que a de 2003. Em outras palavras, a queda de desigualdade é válida para todos os indicadores de desigualdade razoáveis utilizados. Este resultado é conhecido como dominância de Lorenz, sólido para todas as medidas que respeitam o princípio das transferências de

Pigou-Dalton que nos diz que ao se transferir mais renda de uma pessoa com mais renda para uma pessoa com menos renda, sem inverter a posição relativa destes dois indivíduos no ranking, a medida de desigualdade deve cair. Resultados qualitativamente similares são obtidos para a comparação de desigualdade de renda entre 2003 e 2001.

Apesar de estarmos usando uma linha específica de miséria e enfatizando as mudanças de um indicador específico à proporção dos pobres (P0), pois precisamos de um número de preferência simples para vocalizar os resultados, a redução de miséria ocorrida é resultado robusto para 2004, para qualquer linha de pobreza e qualquer tipo de indicador de pobreza utilizado. E também observamos que a distribuição de 2004 domina a de 2003, sendo ainda dominada pela de 2002. Podemos dizer de maneira geral, e não específica, que a pobreza aumentou em 2003, diminuiu em 2004 e no cômputo geral do biênio a miséria caiu no governo Lula.⁴

¹Expressos a preços da data da PNAD de 2004 da Grande São Paulo, ajustado por diferenças de custo de vida regionais e com base numa cesta de alimentos que garante o consumo diário de 2.288 calorias, nível recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

²Este cálculo é feito por intermédio do conceito do dual do indicador de desigualdade. Complementarmente, o cômputo de renda domiciliar *per capita* leva em conta o peso dado aos mais pobres que possuem famílias, em geral, maiores.

³No artigo publicado na *Conjuntura Econômica* de novembro do ano passado projetamos uma redução de pobreza de 8,61% com base num Gini de 0,574 (contra 0,573 observado *ex-post*) e um crescimento *per capita* de 3%, contra 2,85% da PNAD.

⁴Você está convidado a desenvolver perspectiva própria acerca do tema através do site www.fgv.br/cps.

Atualize seu endereço e receba a revista onde preferir.



CONJUNTURA
ECONÔMICA



conjunturaeconomica@fgv.br

Informação precisa para quem precisa de informação.

Estagnação econômica e crescimento pró-pobre

Nanak Kakwani e Hyun Son

International Poverty Centre, PNUD

Marcelo Neri

Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE

Durante os últimos 25 anos, mudanças nos indicadores sociais baseados em renda *per capita*, como desigualdade, pobreza e bem-estar social, têm refletido a volatilidade do ambiente macroeconômico brasileiro: até 1994 as fontes de instabilidades foram as sucessivas tentativas (e falhas) de estabilização, enquanto a partir de 1995 a principal foi a chegada (e a saída) de crises externas. Neste último período o país expandiu programas de transferência de renda, amortecendo as consequências sociais da maior instabilidade e do baixo crescimento observados.

O Brasil foi o país do mundo que apresentou a maior inflação, no período de 1960 a 1995. Desde o começo dos anos de 1980, conter a inflação passou a ser o foco das políticas públicas brasileiras. Sucessivos pacotes microeconômicos e três planos principais foram tentados desde então: Cruzado (1986), Collor (1990) e Real (1994). Apenas o último foi bem-sucedido em baixar e controlar a inflação. O Real pertence ao tipo de plano de estabilização baseado na fixação da taxa de câmbio, que engendra tipicamente *booms* de consumo ao invés de recessões.

A crise da desvalorização cambial brasileira de 1999, no entanto, gerou importantes mudanças na macroeconomia e nas políticas sociais que podem ser observadas até hoje, tais como: adoção do câmbio flutuante; adoção de metas de inflação; e implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal, ligando todos os níveis de governo e estatais, e igualmente estando associados a um pesado incremento do peso dos impostos de 10 pontos percentuais do GDP a partir de 1995, alcançando cerca de 38% no final de 2005. Deve-se ter em mente que havia altas taxas de juros reais e a expansão das despesas públicas, que contribuíram para o aumento da dívida pública, a mais da metade do PIB. Esta combinação explica em parte o medíocre desempenho do crescimento da renda *per capita* brasileira de -0,63% ao ano.

Transferência — Na frente social, o salário mínimo cresceu 100% em termos reais no início de 1995 a 2004. O salário mínimo também é o numerário de várias políticas

de transferência de renda, indexando benefícios e critérios de elegibilidade, particularmente na previdência social. Em 1995, as despesas com programas sociais já chegavam a 50% do gasto social brasileiro e 11% do PIB. Em 1998, houve mudança com ajustes progressivos dos benefícios,

mas que não foi especialmente notado, já que não exigiu mudança constitucional. A partir de 2000, com a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza, houve uma gradual adoção dos programas, provinda do governo central para os municípios que apresentavam os menores níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A expansão de programas focalizados de transferências de renda condicionada, como o Bolsa-Escola, e agora o Bolsa-Família, ajudaram a combinar componentes compensa-

tórios e estruturais. A disponibilidade e expansão das redes de proteção social a partir de 2000, geraram um impacto pró-pobre em muitas instâncias. Os impactos sociais da nova geração de políticas de renda não foram inteiramente avaliados, porque mudanças nos benefícios previdenciários passaram despercebidas e a difusão de programas de renda focalizados foram graduais e relativamente recentes.

Este artigo aplica para o Brasil metodologia que avalia o crescimento de diferentes fontes de renda encontradas na Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD). Do ponto de vista metodológico, faz duas importantes contribuições para a literatura. Uma delas é a proposta de nova medida do crescimento pró-pobre, no sentido de aumentar a ponderação daqueles com menor renda. Ela permite uma ligação direta entre as taxas de crescimento na renda média e na desigualdade de renda. Neste contexto, o crescimento é definido como pró-pobre (ou antipobre) se existir um ganho (ou perda) no crescimento da taxa devido a um aumento (ou uma queda) na desigualdade. A outra é uma metodologia de decomposição da contribuição de diferentes fontes de renda do mercado de trabalho e mudanças nas políticas sociais.

Focamos nossa análise empírica no período de relativa estabilidade dos preços, mas freqüente em crises externas, de

Contribuição do crescimento (%)

	Crescimento total		
	1995-2004	1995-2001	2001-2004
Total	-0,63	-0,30	-1,35
Trabalho	-1,17	-1,02	-1,59
Não-Trabalho	0,54	0,72	0,24
	Crescimento Pró-pobre		
Total	0,73	0,1	3,07
Trabalho	-0,6	-0,74	0,61
Não-trabalho	1,33	0,84	2,46

Em pontos de porcentagem anuais.

Fonte: microdados da PNAD/IBGE 1995-2005.

1995 a 2004, cujos resultados acreditamos serem mais estruturais, menos explorados na literatura, e mais confiáveis. O processo de deflação da renda nominal durante transições inflacionárias, como as frequentemente observadas antes de 1995, é complexo e incerto, que a escolha da indexação dos preços é associada a pesos e atrasos envolvem decisões arbitrárias que afetam o nível médio da renda real. Desde que as rendas são nominalmente ajustadas, recebidas e gastas em diferentes momentos, a inflação também afeta na mensuração da desigualdade de maneira espúria. Em outras palavras, não é apenas causalidade que explica a coincidência entre picos de inflação e desigualdade, que aconteceram no Brasil em 1989 e 1994, mas erros de mensuração.

Perdas — O período iniciado em 1995 perde o *boom* no mercado de trabalho e a redução da pobreza, ambos observados logo após a estabilização do Plano Real (Neri, 1996). Por outro lado, mostra a redução da desigualdade social de 2001-2004, que trouxe a desigualdade brasileira para os níveis mais baixos nos últimos 25 anos (Neri, 2005). Após o pico da chamada crise de desemprego na segunda metade dos anos de 1990, houve alguma recuperação no mercado de trabalho, mais especificamente no emprego formal. Um outro fator chave foi a adoção de um novo regime de políticas de renda — sem acabar com o antigo regime — baseado em novos programas focalizados de transferência de renda financiados pelo governo federal. Esta combinação explica o paradoxo brasileiro de estagnação econômica na média e alto crescimento para os pobres.

Os resultados mostram que houve uma tendência de queda da renda real *per capita* numa taxa anual de 0,63% entre 1995-2004. Desde então, a renda *per capita* está praticamente estagnada. Este inexpressivo desempenho da renda *per capita* real piorou ainda mais o segundo período 2001-2004, quando a renda *per capita* real caiu numa taxa anual de -1,35%. Entretanto, este cenário pessimista tende a desaparecer se o crescimento é avaliado em termos do bem-estar social ajustado à desigualdade, o que aqui é chamado de taxa de crescimento pró-pobre. Este é o conceito mais relevante para avaliar o desempenho do país em relação ao seu padrão de vida. No primeiro período (1995-2001), a tendência na taxa de crescimento pró-pobre, apesar de positiva, foi de apenas 0,10%, o que não pode ser considerado um bom desempenho. Já no segundo período (2001-2004), a tendência da taxa de crescimento aumentou 3,07%, o que foi um desempenho excepcionalmente bom.



A disponibilidade e expansão das redes de proteção social a partir de 2000, geraram um impacto pró-pobre em muitas instâncias

Paradoxo — Neste contexto, a experiência brasileira mostra um padrão pouco usual de queda da renda *per capita* real e da pobreza. A princípio, este caso interessante não sustenta a noção de que um positivo (ou negativo) crescimento leva a uma queda (ou aumento) da pobreza. Ainda mais importante, é que o crescimento negativo no período de 1995-2004 foi pró-pobre, no sentido em que os pobres obtiveram ganhos de renda, apesar das rendas médias em geral terem caído. Assim, houve uma forte queda na desigualdade no período, que deslocou o efeito negativo do crescimento na pobreza.

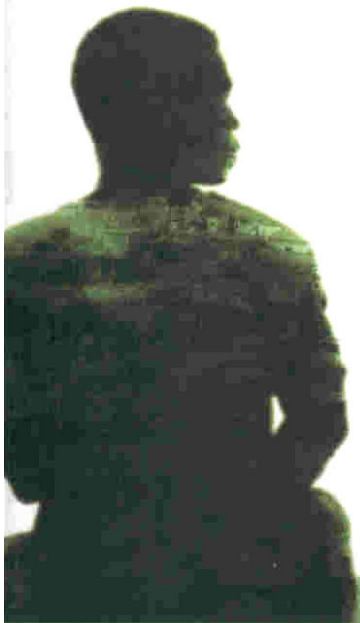
A fim de captar a contribuição de diferentes fontes de renda, não é suficiente medir as suas respectivas taxas de crescimento, mas temos de levar em conta as suas ponderações na renda. Em 1995, a renda do trabalho correspondia a 82,1% da renda e 17,9% a não-trabalho. Entretanto, as principais fontes de crescimento da renda, especialmente pró-pobre, se baseia na última. A queda de -0,63 pontos de porcentagem anuais (p.p.a.) da renda *per capita* do período 1995-2004 pode ser decomposta na contribuição adversa de -1,17 p.p.a. da renda do trabalho e 0,54 p.p.a. das demais rendas. Em compensação, diferenças em crescimento pró-pobre foram

algo menos pronunciadas. O bem-estar total aumentou 0,73 p.p.a., e a contribuição da renda do trabalho foi -0,60 p.p.a. Por outro lado, a contribuição da renda não-trabalho foi 1,33 p.p.a. no período 1995-2004.

Focando em períodos específicos a contribuição da renda do trabalho no crescimento da renda média foi de -1,02 p.p.a. no período 1995-2001, para -1,59 p.p.a. no 2001-2004. A contribuição da renda do trabalho no crescimento pró-pobre foi superior à contribuição para o crescimento em si: -0,74 p.p.a. (1995-2001) e 0,61 p.p.a. (2001-2004). Similarmente, a parcela da renda não-trabalho no nível de bem-estar também supera a renda média. O impacto da renda não-trabalho no bem-estar subiu de 0,84 p.p.a. para 2,46 p.p.a. no período 2001-2004. Numa próxima oportunidade passaremos a análise da renda trabalho e não-trabalho, detalhando os seus determinantes mais distantes em cada uma destas frentes. ■

REFERÊNCIAS

- Kakwani, N., Neri, M., Son, H. "Linkages between Pro-Poor Growth, Social Programmes and Labour Market: The Recent Brazilian Experience", 2006.
 Neri, M. Miséria em Queda: Mensuração, Monitoramento e Metas, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, Novembro, 2005.
 Neri, M., Considera, C. e Carvalho, A. P. "Crescimento, Desigualdade e Pobreza: O Impacto da Estabilização", in Economia Brasileira em Perspectiva 1996. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.



Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil

3ª edição

CARLOS GERALDO LANGONI



Carlos Langoni foi o primeiro a demonstrar com clareza as principais causas da desigualdade brasileira. Na época, o papel capital da educação, por ele apontado, foi rechaçado por muitos. O Brasil parece agora ter aprendido a lição da importância da escola: isto é visível não apenas nas discussões acadêmicas, como nos debates públicos. Se convidarmos hoje especialistas, políticos e mesmo leigos para relacionar os principais determinantes da desigualdade, do crescimento e da pobreza, teremos como resposta: educação, educação e educação. Atualmente o diagnóstico educacional, então ousado, virou consenso. A Fundação Getulio Vargas, através de sua editora, faz justo tributo ao trabalho de Carlos Langoni com a nova edição de um clássico.

A desigualdade está para o Brasil assim como a violência está para a Colômbia ou a discriminação racial estava para a África do Sul. Estamos mais próximos da perfeita iniquidade do que da perfeita igualdade. Estamos há pelo menos quatro décadas consecutivas no pódio do *ranking* mundial da iniquidade, da mesma forma pela qual ganhamos a copa do mundo da inflação de 1960 a 1995, superando, inclusive, nossa tradicional rival neste campo, a Argentina. Tal como no caso da luta contra a inércia inflacionária, a luta contra a desigualdade inercial se dá inicialmente no redirecionamento das políticas do Estado. Agora é preciso evitar um populismo fugaz, isto é, ir além da focalização dos fluxos de gastos correntes. É preciso dar persistência ao foco, alterando os fluxos de renda futuros, que são outra expressão do estoque de riqueza hoje existente. A iniquidade inercial é um processo que pode, e deve, ser estancado através de melhoras na expansão e na qualidade do sistema de ensino.

A tese central deste livro é que a interação entre a baixa oferta de mão-de-obra qualificada e o aumento na sua demanda, impulsionado pelo crescimento ao ritmo do milagre econômico brasileiro,

foi o principal responsável pela alta da desigualdade brasileira observada nos anos 1960. Isto pode parecer nostalgia, mas é um pensamento que continua atual. De acordo com as últimas três edições da pesquisa anual por amostra de domicílios, a desigualdade brasileira começa a dar sinais de queda, nada de magnitude comparável ao aumento analisado por Langoni. A tese do mestre de diversas gerações dos chamados economistas sociais parece voltar a manifestar-se; a expansão do sistema educacional ocorrida na última década, aliada ao baixo crescimento da economia durante as chamadas décadas perdidas, reflete hoje a imagem invertida no espelho da história contada por Carlos Langoni há mais de 30 anos.

Marcelo Côrtes Neri

Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE
Fundação Getulio Vargas

CARLOS GERALDO LANGONI, PhD em economia pela Universidade de Chicago, é diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas. Sua relação com a instituição vem desde os tempos de aluno no Colégio Nova Friburgo, mantido pela FGV na cidade de mesmo nome, no estado do Rio de Janeiro. Foi diretor e professor da EPGE/FGV, presidente do Banco Central do Brasil entre 1983 e 1989 e é autor de 12 livros. É presidente da Projeta Consultoria Econômica.